

Quando o Guaíba sangra: água e imaginário no sul do Brasil¹

When Guaíba bleeds: Water and imaginary in the south of Brazil

Ana Taís Martins²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5203-7575>

E-mail: anataismartins@icloud.com

Rayane Lacerda³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5336-9619>

E-mail: aylavisi@gmail.com

Recepção: 13.11.2024

Aprovação: 29.11.2024



Resumo: O artigo aborda o tema das mudanças climáticas no contexto brasileiro, tomando como objeto as enchentes ocorridas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2024. Assume a perspectiva das teorias da imagem e do imaginário, como formuladas por Gilbert Durand e Gaston Bachelard, debruçando-se sobre a relação entre ser humano e natureza, com especial atenção para

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio parcial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, chamada PQ 2023, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 01.

² Ana Taís Martins é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação com pós-doutorado em Filosofia da Imagem pela Université de Lyon III. Membro do comitê executivo do CRI2i (Centre de Recherches Internationales sur l'Imaginaire). Líder do Imaginalis – Grupo de Pesquisa sobre Comunicação e Imaginário (www.ufrhs.br/imaginalis)

³ Rayane Lacerda é Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, e doutoranda no mesmo programa, com bolsa CAPES. Membro do Imaginalis - Grupo de Pesquisa em Comunicação e Imaginário (CNPq/UFRGS)

o elemento água. A intenção é compreender quais estratégias simbólicas são mobilizadas para lidar com o fenômeno das enchentes, refletindo sobre o papel da comunicação nesse processo. Conclui-se que a água violenta, a exemplo da catástrofe climática, resulta da dominação da estrutura lógica heroica, separatista, do imaginário, contendo esta mesma água uma componente fusional, que torna indistintos os limites entre objetos, humanos e paisagens, numa possível resposta mística equilibrante do inconsciente coletivo.

Palavras-chave: enchente; água; Porto Alegre; imaginário; mudanças climáticas.

Abstract: The article addresses the topic of climate change in the Brazilian context, taking as its object the floods that occurred in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, in 2024. It takes the perspective of theories of image and imagination as formulated by Gilbert Durand and Gaston Bachelard, focusing on the relationship between human beings and nature, with special attention to the element of water. The intention is to understand which symbolic strategies are mobilized to deal with the phenomenon of flooding, reflecting on the role of communication in this process. It is concluded that violent water, like the climate catastrophe, results from the domination of the heroic, separatist logical structure of the imaginary, with this same water containing a fusional component, which blurs the boundaries between objects, humans and landscapes, in a possible response balancing mystique of the collective unconscious.

Keywords: floods; water; Porto Alegre; imaginary; climate change.

QUANDO O GUAÍBA SANGRA

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul, estado brasileiro, enfrentou uma das suas maiores catástrofes ambientais. As enchentes que dominaram a região levaram diversas cidades a decretar estado de calamidade pública. Segundo informações da CNN Brasil (Munhoz, 2024), 95% dos municípios foram atingidos, incluindo Porto Alegre, a capital gaúcha. O cenário que se apresentou foi desolador: moradias inteiras sendo levadas pela correnteza da água, pessoas desaparecendo ou sendo resgatadas dos telhados de suas casas, falta de energia elétrica e água potável, animais perdidos, barcos e lanchas sendo utilizados como meios de transporte nas cidades. Esta experiência teve impacto coletivo.

Ao longo das últimas décadas, a pauta ambiental passou a ganhar maior destaque na ciência, sendo amplamente abordada por diferentes áreas do conhecimento em distintas partes do mundo. Ciências Humanas e Exatas passaram a incorporar as questões ambientais em seus trabalhos, buscando respostas possíveis para a adequação que se faz necessária ao cotidiano humano frente às mudanças climáticas.

Em 2023, haviam sido divulgados resultados de uma investigação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS, que realizou projeção cartográfica de Porto Alegre e apresentou um cenário desanimador. Segundo o estudo,

diversas regiões da cidade ficariam alagadas caso o sistema contra cheias não existisse ou não estivesse funcionando adequadamente. Bairros como Humaitá, São Geraldo e Navegantes seriam atingidos, bem como os estádios Beira-Rio e Arena do Grêmio. Os resultados da pesquisa foram divulgados em reportagem de Camila Freitas (2023) cerca de seis meses antes de a enchente acontecer. Tudo o que o estudo projetava se concretizou, desde a inundação dos bairros mencionados, incluindo o aeroporto internacional, até a insuficiência do sistema contra cheias da cidade.

O cenário que se desenhou mostrou que não apenas os efeitos das mudanças climáticas estão cada vez mais presentes no cotidiano como também as consequências da ação humana se tornam gradualmente críticas com o passar dos anos, sendo a enchente de maio de 2024 apenas um exemplo entre outros que podem ser citados no contexto brasileiro – como rompimentos de barragens de mineração, desmatamento, queimadas e o convívio compulsório com a fumaça, secas excessivas e chuvas abundantes. Quando as pessoas vivenciam esses fenômenos climáticos, com consequências práticas na vida cotidiana, que lógicas são mobilizadas na sua elaboração simbólica?

Inseridos no campo científico da Comunicação a partir da perspectiva arquétipológica do imaginário, centrada na figura do filósofo francês Gilbert Durand (1997), o qual guarda alinhamento heurístico com as obras poéticas de Gaston Bachelard (2018), tomamos como ponto de partida a ideia de que as imagens simbólicas, elemento basilar do imaginário, são resultantes das tensões colocadas pela relação humana com seu ambiente social e natural. Assim, a simbolização, no contexto da enchente, é intrínseca à própria relação com as águas que inundaram e invadiram cidades, casas, comércios e outros espaços, tratando-se de um processo incontornável, colocado em jogo pela comunicação.

São os fenômenos comunicacionais que fazem o imaginário circular na sociedade (Martins, 2023), seja no cotidiano, na mídia ou nas produções culturais. O imaginário apresenta, conforme Durand (1983), uma camada profunda, que abriga conteúdos arcaicos, um verdadeiro inconsciente da espécie que persiste nas organizações simbólicas atualmente. Ora, os processos comunicacionais são eficazes carreadores destes conteúdos inconscientes para a consciência social, criando assim uma dinâmica entre estes dois polos, cuja resultante é precisamente a produção simbólica.

Vamos em busca das possíveis estratégias simbólicas utilizadas para vivenciar a enchente ocorrida em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, utilizando

relatos divulgados em jornais brasileiros como amostras de pesquisa, examinando as lógicas míticas utilizadas, tais como avançadas por Durand (1997).

Aprofundaremos conceitos caros à nossa perspectiva teórica na intenção de identificar qual regime de imagem está presente nessa relação entre humano e natureza, no contexto da enchente, e como uma determinada organização simbólica sugere equacionamentos possíveis sobre o posicionamento coletivo frente às mudanças climáticas e suas consequências. Entendemos a comunicação como um campo, isto é, um espaço onde essas forças se relacionam, de modo que as associações possíveis entre imaginário, vivência simbólica, mudanças climáticas, água e ação humana são possíveis justamente porque a comunicação permite que algo seja *colocado em comum* para tais conexões acontecerem. Assim, há a produção de sentido e, especialmente, de conhecimento sobre a temática das enchentes, de maneira que esse tipo de evento participa de um fenômeno mais amplo, que são as transformações pelas quais a Terra vem passando nas últimas décadas e seus reflexos no cotidiano das pessoas.

AS LÓGICAS DO IMAGINÁRIO

Trabalhar com os estudos do imaginário segundo a Escola de Grenoble supõe uma compreensão sobre a imagem simbólica. Para Durand (1997), a imagem precede o conceito, o que significa dizer que ela é anterior às demais produções humanas, desempenhando papel efetivo nas motivações psicológicas e culturais. Ao afastar a noção de símbolo de uma abordagem semiológica, como convenção dada por contextos sócio-históricos, o autor define-o como universal e estrutural da espécie humana, detendo “[...] um essencial e espontâneo poder de repercussão” (Durand, 1997, p. 31), de modo que o símbolo passa a ter uma “[...] anterioridade tanto cronológica como ontológica [...] sobre qualquer significância” (Durand, 1997, p. 31). Assim, quando um símbolo se conecta a uma imagem através das experiências vividas, individual ou coletivamente, eclode o que se chama de imagem simbólica, a qual pode ser entendida como essa capacidade antropológica de criar realidades, enraizadas, justamente, no campo arcaico da espécie (Martins, 2023). Esse é o papel semântico das imagens simbólicas ao produzirem sentidos e, portanto, conhecimentos sobre um determinado fenômeno.

Em seus ensaios sobre a imaginação, Bachelard (2018) trabalha com a perspectiva dos quatro elementos, elaborando argumentos de cunho poético na tentativa de compreender como os sujeitos se relacionam com a natureza. Para

tanto, faz uma distinção entre a imaginação formal e a material: a primeira se debruça em imagens da forma dos elementos, ao passo que a segunda se preocupa com os elementos em si, pois são imagens diretas da matéria (Bachelard, 2018). Com referência aos quatro elementos, o autor defende que os sujeitos elaboram mundos possíveis e têm suas significações orientadas a partir da maneira como concebem as substâncias, isto é, como podem sonhá-las.

A água, elemento presente nas enchentes, é ambígua, pode encarnar diferentes simbolismos: tranquilidade e pureza quando calma e límpida, fúria e punição quando suja e violenta. Durand (1997, p. 96) explica que “[...] Bachelard insiste nesse caráter fatal da água”, pois ela é “[...] epifania da desgraça do tempo”. A enchente, sob essa perspectiva, é um exemplo de como a água pode assumir uma faceta terrível, com consequências socioambientais irreversíveis em alguns casos. Entretanto, ela também sugere desdobramentos simbólicos que expressam a luta humana contra o medo do tempo que passa (Durand, 1997). Essa consciência da finitude funda o imaginário, a reação a esse medo fundamental é construída por e construtora de imagens simbólicas. Esse medo fundamental pode se manifestar de muitas maneiras, mas todo e qualquer medo será, em última análise, medo da morte, provocando, assim, o simbolismo.

Uma maneira de perceber quais aspectos da imaginação material estão presentes na relação com a água, em específico com o caso da enchente, é através dos regimes de imagem sistematizados por Gilbert Durand (1997). A partir das noções de imagem e de símbolo, o autor desenvolve o conceito de trajeto de sentido ou trajeto antropológico, que seria esse percurso que os simbolismos fazem desde o inconsciente coletivo (Jung, 2014), onde estão as suas origens, até o tecido social, onde se manifestam através das produções e práticas culturais, incluindo a comunicação (Martins, 2023). Assim, ao percorrer esse caminho, tais manifestações não são gratuitas, justamente porque são semânticas. Dito de outra forma, ao criar realidades e produzir significação, os símbolos se agrupam a depender da sua origem, formando conjuntos de imagens que podem ser identificados no limiar da cultura.

Durand, em sua tese de doutoramento intitulada *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1997), reconheceu estes agrupamentos a partir de lógicas comuns, os quais denominou de regimes. A cada regime corresponde uma certa lógica, uma certa atitude imaginativa – pois raciocinar é também um jeito de imaginar.

O primeiro regime chama-se heroico e é assim entendido porque sua principal consequência é o uso da estratégia de enfrentamento direto do que

é entendido como oposição. É o regime do terceiro excluído, cujas imagens simbólicas sugerem a separação e a distinção, onde o Outro é diferente de mim e, por isso, me amedronta ao ponto de se tornar uma ameaça a ser combatida. Alguns sintomas sociais deste tipo de imaginação aparecem nos contrastes entre claro e escuro, na oposição entre dia e noite, bem e mal, certo e errado, alto e baixo, enfim, todos os tipos de dualidades. No âmbito cultural, podemos ver esse regime atuando em trabalhos como os do fotógrafo Henri Cartier-Bresson (Barros, 2012), autor de uma produção imagética que apresenta ora traços da ação de distinguir por meio de visualidades que evidenciam a separação entre sujeitos e objetos na cena capturada pelo dispositivo técnico, ora uma escolha de engrandecimento ao fotografar pessoas de baixo para cima, valorizando a sua dimensão, que fica maior em relação ao entorno.

O segundo regime observado por Durand (1997) é denominado místico, no sentido mesmo de mistura. A estratégia empreendida é a de se juntar àquilo que não se pode combater. Ao contrário do regime heroico onde se luta contra o diferente, aqui o Outro é apaziguado e perde suas fronteiras, pois elas deixam de ter delimitação. Tudo se eufemiza, ou seja, “[...] a queda torna-se descida, a manducação engolimento, as trevas adoçam-se em noite [...]” (Durand, 1997, p. 273). Segundo o autor, os verbos soldar, prender, atar, ligar, aproximar, abraçar etc. são exemplos de ações indicativas do regime místico, pois significam a ideia de conectar elementos e não de separá-los, distingui-los. O terceiro não é excluído porque ele sequer existe de forma autônoma. Na noção de mistura, esse Outro perde suas linhas demarcadas e se funde aos demais. Socialmente, este regime se expressa na valorização positiva da opulência, das cores, da noite pacífica, do recôndito, enfim, tudo o que acolhe e convida à fusão mística.

O terceiro regime, conhecido como dramático, carrega esse nome expressando a ideia de um jogo de forças que não se eufemizam e não travam disputas; antes, reconhecem suas diferenças, respeitam-se e buscam a harmonização em meio às contradições. A principal característica desse regime é a sua organização cíclica, ou seja, o começo e o fim se dispõem recursivamente, orientando a periodicidade. Algumas expressões sociais desta ideia se encontram no calendário, nas fases da lua, no moinho, entre outros. Para Durand (1997, p. 282), as narrativas elaboradas segundo a ideia de complementaridade de opostos têm duas fases, uma trágica e uma triunfante, resultando no drama porque colocam “[...] alternativamente em jogo as valorizações negativas e positivas das imagens”, sugerindo, assim, que o tempo também se comporta desta forma, afastando-o de uma ideia linear: ele se repete e se renova porque o começo e o fim são partes de um

processo interminável. Na tentativa de solucionar o problema da finitude, os processos baseados nessa lógica não excluem ou apaziguam o terceiro elemento, mas compõem com ele: “[...] na simbólica da repetição do tempo que o ano e a sua liturgia instituem, manifesta-se uma intenção de integração dos contrários, esboça-se uma síntese na qual a antítese noturna contribui para a harmonia dramática do todo” (Durand, 1997, p. 284).

Ao buscar a harmonia possível, a lógica mítica dramática admite a contradição e o apaziguamento, a luta e o descanso, o diferente e o igual. Diversas cosmologias indígenas brasileiras apresentam traços do regime dramático do imaginário, porque elas se entendem conexas à natureza e, não obstante, percebem que os humanos não detêm a mesma força e a mesma potência que essa natureza – se veem ao mesmo tempo, como diferentes e conectados. Evidências da atuação do regime dramático do imaginário foram registradas junto à perspectiva dos Yanomami no extenso trabalho de Cláudia Andujar, artista que, assim como os indígenas que fotografou, orienta sua produção segundo esta lógica de imagens (Lacerda, 2021).

Para os Yanomami, Omama foi quem criou a Terra e o mundo como o conhecemos. Criou as árvores, os rios, o mar e os alimentos necessários à sobrevivência. Por isso, desmatar, garimpar e poluir são atividades que destroem aquilo que Omama criou, sendo, por isso, práticas que irão engolir o planeta e fazer o céu desabar (Kopenawa & Albert, 2015). As palavras de Omama são antigas, pois remetem ao início do tempo, mas elas são atualizadas pelos xamãs, lideranças experientes que acessam outros mundos que não apenas o da realidade concreta. Nessa atualização (ritualística), as palavras do criador se tornam novas mais uma vez (Kopenawa & Albert, 2015), participando de um tempo cíclico que, por isso mesmo, envelhece, fica cansado e precisa nascer de novo.

A seguir, buscaremos identificar quais estratégias simbólicas são mobilizadas na relação das pessoas com as mudanças climáticas, tomando como ilustração as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, estado brasileiro, segundo alguns relatos publicados na mídia.

TUDO VIRA UM MAR SÓ: A RELAÇÃO HUMANA COM A ÁGUA

São muitos os exemplos de narrativas onde a água é elemento indispensável para a vida humana, encarnando até mesmo um personagem. Em tais casos, ela passa de recurso de exploração ou bem de consumo a portadora da própria vida.

Na literatura brasileira, temos as histórias de Jorge Amado mostrando a profunda relação que existe entre pescadores e barqueiros baianos, sobretudo de Salvador, e o mar, sendo este um componente divino que participa de um conhecimento sagrado. Iemanjá, a dona dos mares e dos saveiros, pode ser uma mãe boa e zelosa tanto quanto assumir um papel de punidora, castigando e tomado para si os filhos através da morte nas águas. O autor explica essa faceta assustadora quando descreve as fortes chuvas que, sob um ímpeto de surpresa, assolaram a comunidade da Gamboa De Cima e tornaram a noite mais longa: “[...] o marinheiro e a mulher morena *eram familiares do mar* e bem sabiam que, se a noite chegara antes da hora, muitos homens morreriam no mar, navios não terminariam a sua rota, mulheres viúvas chorariam sobre a cabeça dos filhos pequeninos” (Amado, 2008, p. 14, grifo nosso).

No entanto, essa ideia de que as pessoas são parentes dos elementos da natureza não é novidade: se os personagens de Jorge Amado são familiares do mar, os indígenas são familiares dos rios. Para grupos indígenas brasileiros, é comum tratar a água como um membro da família, cuja relação parte de um olhar que percebe a natureza de fato viva e potente. O povo Krenak, que vive no estado de Minas Gerais, chama o rio Doce de Watu, que significa avô (Krenak, 2019). Por esse motivo, a água, no caso, o rio de maneira específica, costuma ser profundamente respeitado, o que se afasta de uma visão utilitarista da natureza que pretende a domesticação dos recursos naturais. Segundo Krenak (2019, p. 40), autor que também é liderança indígena, o Watu “[...] é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico [...]”. Em contrapartida, a perspectiva de exploração, encontrada em grupos majoritariamente compostos por pessoas brancas e com foco no lucro capitalista, causa efeitos ao rio Doce e, por consequência, aos Krenak, que vivem na sua costa esquerda. Como exemplo, podemos citar a mineração e o histórico de rompimento de barragens que poluem e contaminam a longo prazo, provocando doenças nas pessoas e a morte de peixes típicos da região.

Além de ter consequências na realidade concreta, a complexidade dessa questão também está presente em relações afetivas. Para os Krenak, seu avô, Watu, “[...] é muito mais do que um rio que proporciona alimentação, lazer, água para os animais e irrigação, enfim, um recurso natural para a sobrevivência. É um parente com quem estabelecem relações. Um familiar que acolhe, aconselha, protege [...]” (Pascoal & Zhouri, 2021, p. 360). Vê-se aí a diferença elementar entre a água como um recurso de exploração e um recurso de sobrevivência. Se

entendemos a dimensão fundamental que a água tem na vida humana na Terra, não vamos explorá-la (e reduzi-la a) como um simples bem de consumo, uma mercadoria, pois isso significa poluir e envenenar aquilo que, justamente, nos oferece a manutenção da existência.

Já no nordeste brasileiro, um outro tipo de relação com a água também reforça seu papel de catalisador simbólico. Em Acari, município do estado do Rio Grande do Norte, o açude conhecido como Gargalheiras⁴ participa não apenas da paisagem da região, mas sua presença também denota concepções afetivas dos moradores. Por se localizar no sertão, um território bastante seco na maior parte do ano, o açude costuma estar vazio ou, ao menos, ter pouca água. “Quando a água está baixa, o açude fica parecendo uma pedreira, uma terra seca, empedrada, com um mato que vai crescendo aqui e ali” (Pires, 2024). O inverno, ali, é marcado por um período de chuvas, apesar de dar continuidade ao calor característico das zonas norte e nordeste do Brasil. Quando esse período de chuvas chega, é normal que o açude fique mais cheio, mas, ainda assim, a sangria, isto é, o seu transbordamento, é um fenômeno considerado incomum na região. Sendo extenso e profundo, um acúmulo de água considerável é necessário para alcançar o nível de extravasamento.

Desde 2011, não se presenciava uma sangria, mas, em 2024, ela voltou a acontecer. Isso significa dizer que, após 13 anos, essa paisagem seca e árida deu lugar à água em abundância, formando uma cascata chamada de véu de noiva⁵. Nesse contexto, chamar a transbordamento de sangria, o que supõe cambiar o conteúdo de água para sangue, e enxergar um véu de noiva no címento da cascata são indícios de relacionamento imagético com a natureza. O sangue é uma perspectiva possível; não é literalmente sangue que transborda do açude, mas, sim, um tipo de água que é vista e nomeada dessa forma. Ainda, não é um véu de noiva que se enxerga concretamente, sendo esta uma maneira de identificar, coletivamente, o fenômeno da cascata, que é raro e acontece após longos períodos.

⁴ Gargalheiras é o nome popular que foi dado ao açude, segundo justificativa de que ele se encontra no *gargalo* entre a Serra do Pai Pedro, a do Minador e a da Lagoa. Seu nome original é Barragem Marechal Dutra, em homenagem ao presidente Eurico Gaspar Dutra, que realizou obras na região (Pires, 2024).

⁵ Há uma página na rede social Instagram dedicada ao Gargalheiras, onde é possível consultar imagens e ler histórias sobre a relação dos moradores locais com o açude. Disponível em: <<https://www.instagram.com/gargalheiras/>>. Acesso em: 23 out. 2024.

Em Porto Alegre, no mês de maio de 2024, o lago Guaíba⁶ transbordou. Assim como o açude Gargalheiras, o lago sangrou. Assim como o mar de Jorge Amado, ele causou mortes e se mostrou violento. Assim como o povo Krenak convive com os efeitos da contaminação do rio Doce, o lago ocupou a cidade e evidenciou os efeitos das mudanças climáticas no meio urbano, indicando a alteração do planeta pelas mãos do homem. O cenário das enchentes no Rio Grande do Sul foi um acontecimento que mostrou como a relação humana com os elementos da natureza, em especial a água, é tópico fundamental para reflexões sobre mudanças climáticas e suas consequências no sul global, partindo de uma perspectiva que considera o tecido imaginário dessas relações.

No Lami, bairro localizado no extremo sul da cidade, as enchentes ocorrem amiúde. Em pesquisa realizada pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS, mapearam-se outras cheias do lago Guaíba e as consequências delas para os moradores. Nas gravações das entrevistas realizadas com dona Maria, disponibilizadas pelo acervo do Biev, se constata o quanto recorrentemente as águas invadem a vida de quem mora no Lami. Na ocasião da entrevista, dona Maria explica essa relação: “A água vinha *aqui* [entonação mais forte na palavra ‘aqui’] em cima! Atravessava tudo e virava tudo um mar só!” (Maria, 2008, 00:30s). Essa ideia de que virava tudo um mar só sugere uma certa consciência sobre a força intrínseca à água, que tem a potência de invadir, dominar e atravessar um espaço concreto, como o bairro onde mora dona Maria.

Na sequência, a senhora conta que hoje, quando ocorre uma enchente, se sente segura mesmo que ilhada. A enchente acontece ao seu redor, o bairro fica submerso, mas a sua casa, por ter sido construída num lugar mais alto do que o restante, continua a salvo. Dona Maria relata que já aconteceu de ela precisar se refugiar e ser acolhida por alguns conhecidos, mas, pelo medo de ter os seus pertences saqueados ao deixar a casa sozinha, agora ela se mantém firme em seu próprio espaço. Ali, parece se sentir protegida, pois “[...] a água, assim como sobe, ela desce, então eu fico aqui e não tenho que sair pra longe” (Maria, 2008, 01:37s).

⁶ Há uma polêmica antiga sobre a classificação do Guaíba como lago ou rio; ela foi reavivada com a catástrofe do outono de 2024 porque uma ou outra denominação implica diferenças nos limites da especulação imobiliária de suas margens, segundo geógrafos. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/nem-rio-nem-lago-o-guaiba-e-unico#:~:text=Popularmente%2C%20o%20Gua%C3%ADba%20segue%20sendo,metros%20da%20margin%20dos%20lagos>. Acesso em: 23 out. 2024

Guardadas as devidas proporções entre uma enchente que afeta um bairro e outra que coloca, em termos gerais, uma cidade inteira debaixo d'água, vale ressaltar que Porto Alegre parece carregar um histórico de cheias que ora aponta para falhas da administração pública, ora indica os efeitos das mudanças climáticas sentidas no espaço urbano brasileiro. Dessa maneira, seja por meio do mar, do rio, do açude ou do lago, a água está presente não apenas como um componente vivo da natureza, mas também, e principalmente, como um elemento de construção simbólica que revela a atuação de aspectos do imaginário, este limiar de caráter antropológico latente no cotidiano.

Rogério Pereira, artesão de 59 anos, é um dos moradores da capital gaúcha que sofreu as consequências da enchente de 2024. O senhor relata o ocorrido, em uma entrevista para a BBC Brasil, publicada pelo jornalista Luiz Antônio Araújo (2024, n.p., grifo nosso): “Na manhã do dia 3, não estava chovendo, mas acordamos com água nas aberturas [do apartamento]. Percebemos que ali havia algo diferente. À noite, a água já estava *invadindo* a sala e a cozinha. Vimos que não iria parar ali e decidimos sair”. A descrição que faz do acontecimento parece conter um modo de ver que se aproxima daquele apresentado no relato de dona Maria. A água *invadiu* o apartamento de Rogério assim como *invadiu* o bairro Lami.

A mesma lógica mítica preside a escolha de sair de casa quando se percebe que a situação não tem previsão de melhora. Em vez de, hipoteticamente, acionar uma estratégia do regime místico, ficar e aceitar a inundação – escolhendo não lutar e sim se juntar à água, abraçando a possibilidade da morte –, o entrevistado se retira do próprio apartamento, a fim de se *separar* da situação que ali se apresentava.

Belmira Ramos, uma mulher aposentada vítima da enchente, conta para jornalista do Portal G1 (Ramos, 2024; Araujo, 2024):

Eu tinha pena dos outros que eu via no abrigo, mas eu pensei: 'eu nunca vou precisar'. Eu tinha pena de ver aquelas pessoas tudo de fora, na água se mudando, casa caindo. Agora chegou na minha casa isso aí. Eu estou desesperada. Nunca pensei que ia passar por isso.

A sua fala, além de comovente pela difícil situação vivida, também dá pistas de algumas estratégias do imaginário que se expressam. Num momento inicial, Belmira se via diferente das outras pessoas de seu entorno, que precisaram ir para abrigos públicos porque tiveram suas casas atingidas enquanto ela ainda seguia no conforto de seu lar, sentindo pena de quem não detinha desse mesmo privilégio. No entanto, a água seguiu subindo, as chuvas não cessaram e o Guaíba transbordou – ou melhor, sangrou. Quando a situação ficou mais complicada,

Belmira se viu obrigada a sair de casa, precisando se juntar aos demais. “Agora chegou na minha casa”, diz ela. Chama a atenção, na leitura mítica de seu relato, a conjugação através dos marcadores temporais entre o momento inicial, em que ela, Belmira, se distinguia dos demais, e o momento final em que ela se junta aos demais. Existe a compreensão de que o tempo reúne as contradições, procedimento típico da lógica dramática do imaginário, da lógica da coincidência de opositos e do terceiro incluído.

Em outra entrevista, divulgada pelo jornal Folha de São Paulo, Juarez da Silva, morador da zona norte de Porto Alegre, conta (Kruse & Prestes, 2024): “Quando vi, a água já estava dentro de casa, só deu tempo de pegar a televisão e o rádio. O resto ficou tudo embaixo d’água. Perdi fogão, geladeira, armário, colchão, tudo”. A água comparece trazendo o fim das coisas, suscitando o medo do tempo que passa.

Durand (1997, p. 96), evocando imaginação material bachelardiana, explica que “a água é epifania da desgraça do tempo, é clepsidra definitiva. Este devir está carregado de pavor, é a própria expressão do pavor”. Assim como o tempo esvai rapidamente sem que percebamos, a água também escorre sem que tenhamos o controle sobre seu curso ou seu ritmo. Esse contexto gera medo, dado que o terror do tempo que passa é um dos medos primordiais, que nos assombra desde sempre enquanto espécie (Durand, 1997). Associado à água, esse medo ganha facetas simbólicas que podem culminar em estratégias belicosas de enfrentamento. Vemos nos relatos de Juarez e de outros nas reportagens de maio de 2024 como a invasão pelas águas é rápida, vertiginosa como o tempo que passa, fundamento de toda a movimentação do imaginário.

A LÓGICA HEROICA DAS IMAGENS E SUA RELAÇÃO COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A partir da observação realizada anteriormente a respeito de relatos de pessoas atingidas pela enchente no Rio Grande do Sul, compartilhados midiaticamente em jornais brasileiros que se debruçaram sobre o acontecimento há época, constatamos que as respostas heroicas aparecem repetidamente, seja pelo sentimento da água como um invasor, pela urgência imposta com o tempo que passa rapidamente ou pela separação entre as pessoas e suas casas para enfrentarem o desconhecido. Trata-se de uma mudança abrupta no cotidiano, o que sugere lidar com aquilo que não se tem controle.

Na relação com a água que inunda, destrói casas e móveis, leva consigo álbuns de família que não serão mais vistos, impulsiona fluxos migratórios e, ainda, deixa rastros de um lamaçal que requer força de trabalho para limpar, a estratégia amplamente utilizada é a de lutar, combater, enfrentar a situação aterradora que se apresenta. Assim, constatamos que a água, em sua ação violenta através da enchente, desperta uma maneira de estabelecer diferenças, mesmo que também possa desfazê-las, unindo as pessoas na desgraça. Mas não é neste desfazimento que recai o acento da estratégia e sim no enfrentamento direto.

A água destruidora invade espaços onde não é esperada; violenta, como na poética bachelardiana, sugere a presença de um problema mais amplo, universal mesmo (Bachelard, 2018), que ultrapassa os limites do individual. Para o autor, existem águas que “[...] têm a epiderme sensível” e a mais simples provocação humana pode resultar em uma cólera que “[...] se torna universal; a tempestade ribomba, o raio corusca, o granizo crepita, a água inunda a terra” (Bachelard, 2018, pp. 188-189). Essa cólera universal pode bem descrever as mudanças climáticas e seus efeitos, sentidos não apenas nas casas afetadas pela enchente, mas também no ecossistema global.

Na medida em que a enchente é consequência das mudanças climáticas, a estratégia simbólica mobilizada para lidar com ela também indica aspectos da relação humana com as próprias mudanças climáticas. Propomos extrapolar o recorte brasileiro no contexto da enchente para a América Latina (AL). Países como Argentina, Uruguai e Paraguai (Gonçalves, 2015) já tiveram cidades submersas em água, o que sugere uma consequência climática bastante específica, sentida no Sul Global. Segundo Lampis et al. (2020), a região latino-americana e o Caribe já tiveram um prejuízo financeiro de mais de um bilhão de dólares apenas por conta das enchentes que aconteceram entre 2000 e 2019 – vejamos que a enchente de 2024 não participa desse dado, o que pode, seguramente, alterar o número divulgado.

O contexto de colonização, historicamente marcado nos países latino-americanos, é o cerne de inúmeras desigualdades sociais diretamente conectadas às mudanças climáticas. Krause e Prestes (2024) explicam, em reportagem divulgada na Folha de São Paulo, que no caso das enchentes no Rio Grande do Sul, pessoas em situação de vulnerabilidade social foram as mais atingidas. Essa realidade costuma se apresentar frequentemente em desastres ambientais de maior magnitude. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados pelos jornalistas, pessoas negras, com baixa escolaridade e com renda de até dois salários-mínimos foram as mais afetadas, perdendo casas,

móveis, eletrodomésticos e demais objetos de valor. Justamente as pessoas que têm pouco são as que precisam investir mais na tentativa de se reerguer e recuperar a vida levada pela correnteza das águas. Mexer na epiderme sensível da água de que fala Bachelard (2018), embora tenha de fato uma dimensão universal, parece ter, antes, uma dimensão coletiva, na qual grupos historicamente vulneráveis são mais afetados em comparação a pessoas com maior capital financeiro, social e político. Apesar da dimensão universal, parece que países latino-americanos esbarram, antes, no contexto sócio-histórico que se apresenta ao estarem inseridos nesse continente, pois precisam enfrentar as diversas desigualdades latentes não apenas no dia a dia, mas sobretudo quando um cenário de calamidade pública se apresenta.

Por esse motivo, “a adaptação às mudanças climáticas e a prevenção dos riscos e desastres precisa estar intimamente ligada ao desenvolvimento local e diminuição das desigualdades, sobretudo em regiões como a América Latina” (Lampis et al., 2020, p. 90). As mudanças climáticas, no que têm de consequências da ação humana na Terra, apresentam um fio histórico, não é apenas realidade dos dias atuais. Históricas, são influenciadas por processos de colonização que, ao saquearem a América Latina, tornaram-na mais pobre. Para Lampis et al. (2020, p. 79) a “[...] história latino-americana é um longo relato que se encaixa nos parâmetros do próprio desenvolvimento desigual combinado com uma ruptura profunda do metabolismo entre a sociedade e a natureza própria dos povos originários”. Segundo a perspectiva dos autores, parece haver uma relação entre o momento em que ocorre a colonização e o efeito que esse acontecimento exerce na separação entre humano e natureza, afastando-se do olhar que a cosmologia indígena parecia colocar em prática de união dos opostos.

Assim, muitas linhas de força se apresentam na discussão proposta, tais como a colonização, marcador histórico dos países latino-americanos; o simbolismo da água, elemento de potência imaginativa que reverbera lógicas do imaginário; as desigualdades sociais, amplamente sentidas no sul global; e a perspectiva indígena de relação com a natureza, a qual sofreu uma tentativa de apagamento histórico, também por conta dos processos de imigração de portugueses e espanhóis. O regime heroico das imagens simbólicas parece se diluir em tais linhas de força, sendo uma estratégia mobilizada por vítimas e refugiados climáticos, mas também motivando outros comportamentos e escolhas refletidas no coletivo.

Já vimos como o simbolismo da água pode assumir uma face heroica, seja pela relação com o tempo que passa, como explicou Durand (1997), ou pela

potência de destruição que ganha, culminando numa cólera universal, segundo Bachelard (2018). A colonização, como citado em tópico anterior, tem como princípio a separação entre os povos, as raças e as perspectivas que diferem de um pensamento dominante. É um tipo de ação que aparta, domina, distingue e exclui o diferente, características principais da estratégia belicosa do regime heroico. Afinal, a própria ideia de que o ser humano é distinto da natureza já implica a autorização para explorá-la, pois não significa explorar a nós mesmos.

As próprias desigualdades sociais podem encontrar sua raiz antropológica num imaginário heroico. Os processos de colonização em si se justificam pela racionalidade mítica heroica – conquistar e dominar o diferente. As chamadas camadas sociais supõem que há um acima e abaixo, níveis sociais superiores e inferiores. Ainda, tudo que é desigual é dessemelhante, ou seja, estabelece o elemento do diferente. Ser diferente significa ser distinto. Socialmente falando, as diferenças são muitas e poderiam conduzir a perspectivas plurais, onde ser diferente significa ampliar as perspectivas sobre o mundo. Todavia, quando as consequências dessas desigualdades são radicalmente negativas para quem as sente no cotidiano, o estabelecimento de um elemento diferente pode servir para torná-las cada vez mais distintas, agravando-as. Então, se as mudanças climáticas têm relação direta com as desigualdades sociais e os processos de colonização, estariam, também elas, organizadas pela lógica mítica heroica?

Um equacionamento possível para essa questão supõe pensar que precisamos mudar o *modus operandi* frente ao contexto climático que se apresenta. Será possível continuar com a estratégia belicosa sem agravar os problemas já existentes, usando-a para lutar a favor de melhores condições de moradia, de saneamento básico, de alimentação saudável para toda a população, para acesso à cultura e à água potável, para manutenção dos parques, para igualdade racial e, enfim, para manutenção da vida? No nível arquetípico do imaginário, bom e ruim não existem da mesma maneira que nas convenções sociais. Eles podem ter consequências positivas ou negativas a depender das coerções, estas sim passíveis de direcionamento, educação, revolução, porque dependem da consciência social.

As estruturas heroicas e místicas do imaginário, no limite, são ambas desequilibrantes, como o próprio Durand (1997) afirma no anexo I da terceira edição de seu *As estruturas antropológicas do imaginário*: as primeiras,

[...] apesar de uma aparência heterogeneizante devida à distinção, à diairese (ou *Spaltung*) esquizomórfica, saturam-se muito rapidamente e produz-se um fenômeno de inversão de sentido: o excesso de heterogeneização heroico produzindo subitamente uma parceleização, uma pulverização das formas e do sentido (*Zerspaltung*) que equivale a uma

homogeneização *por defeito* [...]; as segundas, “[...] por ‘excesso’ de homogeneização (e defeito inicial de distinção heterogeneizante” Durand (1997, p. 438, grifos do autor).

São, então, as estruturas dramáticas que atingem o equilíbrio porque mantêm, ao mesmo tempo, as potencialidades adaptadoras e assimiladoras. O autor francês cita, em seguida, os achados de seu colega Bastide no pensamento e no comportamento afro-brasileiro. A exemplo de Durand, Bastide observou três princípios irredutíveis, quais sejam, o de corte (como na distinção heroica), o de participação (ligação mística) e o princípio de correspondência (ou de analogia).

Diagnosticar o regime que rege a organização de imagens simbólicas, mais do que lhe atribuir um nome, permite compreender as motivações profundas dos possíveis desequilíbrios que levam às patologias sociais e ambientais. Se, como vimos, a lógica heroica dá a partida ao desafio humano sobre a natureza, será na lógica mística que o equilíbrio do imaginário será buscado, à revelia dos quereres humanos, porque o imaginário compreende em seu dinamismo um inconsciente coletivo que se movimenta autonomamente. As catástrofes climáticas são exemplares das imagens místicas nas quais os limites se fundem: as águas das enchentes não distinguem o bom do mau; apenas inundam, dissolvendo diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos discutir a relação entre mudanças climáticas e processos simbólicos, tomando como ilustração as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. O objetivo do trabalho foi ler miticamente os relatos das vítimas da enchente divulgados no Brasil para identificar traços das lógicas do imaginário presentes na relação entre o ser humano e o elemento da água, especialmente quando esta opera a partir da sua face violenta. A estrutura heroica do imaginário parece atuante nas mudanças climáticas e nas questões sociais e políticas que atravessam essa problemática. A tensão entre as pulsões inconscientes e coerções conscientes suscitadas pela questão climática tem origem num simbolismo belicoso que também é movimentado para resolvê-la, agudizando o desequilíbrio já importante. Ao compreender o trajeto do sentido entre polarizações, a resposta será o desequilíbrio oposto, homogeneizador ao extremo – caso das violências extremas que igualam, por vezes em banhos de sangue, santos e pecadores.

Entendemos, ainda, que pensar a comunicação não apenas como uma disciplina do conhecimento científico, mas também como uma ferramenta de transformação social é um ponto fundamental tanto para que outras organizações

simbólicas possam emergir no contexto das mudanças climáticas, como para que as desigualdades sociais possam ser diminuídas. A comunicação como uma ferramenta antropológica é um caminho possível e rápido, pois ela é usada cotidianamente, para além da grande imprensa e das mídias digitais. A comunicação enquanto ação primordial do ser humano pode fazer circular um imaginário não apenas mobilizado por estratégias heterogeneizantes, típica das colonizações e das desigualdades, mas também por estratégias harmonizadoras, segundo as quais o Outro não é uma ameaça.

Os estudos do imaginário têm muito a contribuir para a compreensão do comportamento humano no contexto das mudanças climáticas. O conceito de racismo ambiental, a figura da mulher, circunscrita em um campo social onde as consequências das transformações do planeta estão cada vez mais evidentes. E o ecologismo popular, noção que se propõe pensar sobre como pessoas de classes sociais mais baixas sofrem mais com as mudanças climáticas, são temas, entre outros, que mobilizam fortemente o imaginário. Se efetuar os diagnósticos é possível a partir do que nos contam os protagonistas sociais, a virada para a mudança é bem mais complexa porque depende de desejos coletivos que são relativamente autônomos. Acreditamos, porém, que as coletividades podem aprender a desejar.

REFERÊNCIAS

- Amado, J. (2008). *Mar morto*. Companhia das Letras.
- Araujo, L. A. (2024). Enchentes no Rio Grande do Sul: o retorno dos resgates em Porto Alegre em meio a nova onda de alagamentos. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw00d51k5rl0>
- Bachelard, G. (2018). *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. WMF Martins Fontes.
- Barros, A. T. M. (2012). O segredo de Bresson. *Ghrehb*, (18), 234-147.
- Durand, D. (1983). *Mito e sociedade. A mitanálise e a sociologia das profundezas. A Regra do Jogo*.
- Durand, G. (1997). *As estruturas antropológicas do imaginário: ensaio sobre a arquetipologia geral*. Martins Fontes.
- Freitas, C. (2023). Sem sistema de proteção, Guaíba inundaria aeroporto, Mercado Público e estádios, diz estudo. *Portal G1 RS*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/11/22/sem-sistema-de-protecao-guaiba-inundaria-aeroporto-mercado-publico-e-estadios-diz-estudo.ghhtml>

- Gonçalves, C. (2015). Chuva deixa mais de 160 mil desabrigados na América do Sul. *EBC - Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/chuva-deixa-mais-de-160-mil-desabrigados-na-america-do-sul#:~:text=A%20forte%20chuva%20que%20atinge,abrigos%20improvisados%20pe-las%20autoridades%20locais>.
- Jung, C. G. (2014). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Vozes.
- Kopenawa, D. & Bruce, A. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Kruse, T. & Prestes, F. (2024). Enchentes do RS atingiram proporção maior de pobres, negros e menos escolarizados. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/enchentes-do-rs-atingiram-proporcao-maior-de-pobres-negros-e-menos-escolarizados.shtml>
- Lacerda, R. (2021). *Uma dinâmica de olhares: as narrativas do feminino e do masculino nas fotografias de Cláudia Andujar*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232135>
- Lampis, A. et al. (2020). A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. *O Social em Questão*, (28), 75-96.
- Maria. (2008). *Sempre Teve Enchente*. Banco de Imagens e Efeitos Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.ufrgs.br/biev/antigo/som/sempre-teve-enchente/>
- Martins, A. T. (2023). A circulação do mito na sociedade através da comunicação. *Logos*, (29), 152-166.
- Munhoz, F. (2024). Chuvas no RS: quase 95% das cidades gaúchas foram afetadas; veja lista. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-mapas-interativos-mos-tram-locais-afetados-pela-chuva-veja/>
- Pascoal, W. V. & Zhouri, A. (2021). Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, (3), 360-394.
- Pereira, R. (2024). Entrevista sobre a enchente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul [Entrevista]. In *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw00d51k5rlo>
- Pires, C. (2024). Emergir e submergir (93). [Audio podcast episode]. In *Rádio Novelo Apresenta. Rádio Novelo*. https://open.spotify.com/episode/08KJv3CByEiLgIA-xeeDSLI?si=B3ltMi7_Q62_UqqUiS_88
- Ramos, B. (2024). Entrevista sobre a enchente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul [Entrevista]. In *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw00d51k5rlo>
- Silva, J. (2024). Entrevista sobre a enchente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul [Entrevista]. In *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/enchentes-do-rs-atingiram-proporcao-maior-de-pobres-negros-e-menos-escolarizados.shtml>